



Ata da Reunião do Conselho Municipal de Educação da Lousã, de 10 de maio de 2023

Ao décimo dia do mês de maio de dois mil e vinte e três, nesta vila da Lousã, reuniu o Conselho Municipal de Educação da Lousã (adiante designado CMEL) com a presença dos seguintes representantes: -----

da Câmara Municipal da Lousã (Vereadora Henriqueta Oliveira); da Assembleia Municipal (Presidente Ana Ferreira; da Direção do Agrupamento de Escolas da Lousã - adiante AEL (Pedro Balhau); da STATUS - Escola Profissional da Lousã - Conselho Pedagógico e Direção (Rui Ramos); do pessoal docente do Pré-Escolar (Maria Guilhermina Antunes); do 1.º CEB e do Conselho Pedagógico do AEL (Susana Lucas); das Associações de Pais (Elisabete Pires); da ARCIL (João Canossa Dias); da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Centro (adiante DGEstE, Rita Alves); do pessoal docente do Ensino Básico (Miguel Matos); Centro de Saúde da Lousã (Maria da Graça Correia); do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social (Anabela Dengucho). -----

Não estiveram presentes os representantes: das Juntas de Freguesia do Concelho (Helena Correia); das IPSS - Activar (Paula Gonçalves), que apresentou justificação por conflito de compromissos já agendados; dos Serviços de Emprego e Formação Profissional da Lousã (João Domingues), que apresentou justificação por sobreposição de compromissos de agenda; da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (Rafael Martins); das Associações de Pais do 2.º e 3.º ciclo (Manuela Lopes), que apresentou justificação por sobreposição de compromissos profissionais inadiáveis; do pessoal docente do Ensino Secundário (João Ferreira); da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Lousã (André Francisco); da GNR da Lousã (Rita Santo); dos Serviços Públicos da Juventude e Desporto do Instituto Português do Desporto e da Juventude - adiante IPDJ (Celeste Moura), que apresentou justificação de ausência devido a alteração de compromissos que a impediram de estar presente; do Conselho Municipal de Juventude - representantes da Associação de Estudantes da STATUS - Escola Profissional da Lousã (Beatriz Santos). -----

Às 14h45 deu-se início aos trabalhos. -----

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1. Informações; -----
2. Balanço do ano letivo 2022/2023 (AEL, STATUS e ARCIL); -----
3. Transferência de Competências - ponto de situação; -----
4. Oferta formativa profissionalizante; -----
5. Ação Social Escolar; -----
6. Outros assuntos. -----

A Vereadora do Pelouro da Educação, Henriqueta Oliveira, saúda os presentes e agradece a resposta de todos para estarem presentes na reunião, informando que, por lapso, a ata da última reunião só seguiu no próprio dia, pedindo que seja ainda revista pelos conselheiros, motivo pelo qual ficaria a aprovação em suspenso. -----

A Vereadora dá início ao CMEL começando por fazer um breve enquadramento dos artigos do decreto de lei 21/2019, nomeadamente o artigo n.º 55º, 56º e o 61º, que serão abordados no Concelho de hoje. -----

De seguida passou a ler a ordem de trabalhos, começando pelo ponto número 1 "Informações". Para este ponto verificaram-se as seguintes inscrições: Pedro Balhau, Maria Guilhermina Antunes e Henriqueta Oliveira. -----

O Diretor do Agrupamento de Escolas Pedro Balhau começa por pedir o acesso à apresentação anteriormente enviada, dando informações sobre o funcionamento normal das atividades letivas no dia 12 de maio, dia do Rally de Portugal, alertando para possíveis constrangimentos como alteração na circulação na Lousã e de algumas paragens de autocarro nos transportes escolares. Estas informações estão divulgadas no site do AEL e pelas Transdev nas paragens sujeitas a alteração de percursos e horários. Dá também a informação que acontecerá uma ação de capacitação parental no dia doze de maio pelas vinte e uma horas na Escola Secundária da Lousã. Faz ainda referência à alteração de data da caminhada do Agrupamento de Escolas da Lousã que passou para dia 20 de maio e termina a sua intervenção dando a informação das datas das festas de final de ano em alguns estabelecimentos de ensino, nomeadamente no Jardim de Infância da Lousã a vinte e sete de maio, na Escola Secundária a trinta e um de maio, festa essa que está a ser organizada pela Associação de Pais, Associação de Estudantes com o apoio do AEL, na Escola Básica n.º2 a sete de junho e dia quatorze de junho na Escola Básica n.º1. A tomada de posição e o Parecer trazidos pelo AEL neste Conselho passarão para o ponto Outros Assuntos. -----

De seguida toma a palavra a representante do pessoal docente do pré-escolar, a Educadora Maria Guilhermina, que começa por agradecer à Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho, a realização dos mini jogos de freguesia, considerado em departamento por todas as docentes, uma iniciativa bem organizada e uma mais valia para todas as crianças, deixando a proposta à autarquia de adquirir alguns jogos, designadamente o "para-quedas" ou a "manta do diabo", jogos esses que se revelaram os favoritos das crianças. -----

A Vice-Presidente Henriqueta Oliveira reforça o que foi dito pela Educadora Maria Guilhermina, e que de facto o alargamento desta iniciativa dos jogos de freguesia ao ensino pré-escolar foi uma aposta ganha e que será para manter. Em relação à aquisição dos jogos proposta, a autarquia está de acordo, tendo já conversado com o professor Mário Maia, responsável pela iniciativa, acerca da possibilidade de aquisição de mais dois ou três jogos, solicitando que seja enviada uma proposta com a sugestão de mais alguns jogos para além dos nomeados pela Educadora Maria Guilhermina, indo ao encontro da perspetiva de mudança dos recreios no pré-escolar. -----

De seguida faz referência à inauguração de uma intervenção da Rede Ciclável que teve lugar no dia 25 de abril, que tem como objetivo melhorar a mobilidade pedonal e ciclável no concelho. Esta empreitada contemplou a reformulação de passeios, a construção e marcação de ciclovia, criação e redimensionamento de lugares de estacionamento criação ou dimensionamento de lugares de estacionamento, instalação de mobiliário urbano, construção de passadeiras, melhoria da sinalização vertical e horizontal e ajustes à iluminação pública, significou um investimento de mais de 350 mil euros e denomina-se de "Construção da Rede Ciclável Urbana da Lousã – Zona Central" e está englobada no PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável. Esta intervenção prevê a melhoria de acessos a vários equipamentos escolares, nomeadamente às Escolas Básicas n.º 1 e n.º 2 e Escola Secundária, bem como a equipamentos desportivos como o Campo Dr. José Pinto de Aguiar, a Piscina Municipal e os Pavilhões Municipais. No que diz respeito à Escola Básica Nº2, foi possível criar uma via "Kiss and Go". A empreitada incluiu ainda uma nova portaria e área coberta interior e exterior que qualificaram de forma significativa o acesso ao Complexo Escolar. A empreitada incidiu nas Ruas Dr. António Zeferino Cândido, Eng. Sanches da Gama, parte da Abel Batista, Eng. Gil D'Orey, parte da Gil Vicente e Rua Dr. José Pinto de Aguiar, garantido não só a melhoria de circulação e de acesso por carro, mas também pedonal e ciclável. Recorda também que a Lousã integra a Rede Nacional e Internacional das Cidades Educadoras. Neste âmbito, participa nas reuniões da Rede, sempre que possível, acompanha as atividades, faz parte de grupos de trabalho, tentando que os princípios da Carta das Cidades Educadoras se constituam como pilares da atuação e das políticas educativas. Mais recentemente integrou um grupo,

ao nível a CIM, de mobilização de outros municípios para Rede e de dinamização de atividades. Foi deste grupo que saiu a iniciativa "Boleia Humana – Vai a pé para a Escola" que foi desenvolvida como projeto piloto na Freguesia de Lousã Vilarinho, pretendendo-se que se estenda à Freguesia de Serpins. Informa também que já está anunciado o próximo congresso: "Cidades educadoras, cidades das crianças, cidades para todos!" é o tema do IX Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras que decorre entre 8 e 11 de novembro de 2023, em Torres Vedras e o convite a todos se juntem a esta reflexão sobre o papel da cidade educadora enquanto território que pretende oferecer não só às crianças, mas a todos os grupos da nossa sociedade, um ambiente ideal para que possam viver de forma plena a sua cidadania e encontrar no espaço urbano um espaço de realização individual e coletivo. Através do link (<https://www.cm-tvedras.pt/educacao/ix-congresso-das-cidades-educadoras/enquadramento-congresso/>), poderão obter informações sobre o programa do congresso, bem como sobre a submissão de experiências para debate (até ao próximo dia 9 de junho). Também se divulga e se convida à visualização do último simpósio da Associação Internacional das Cidades Educadoras, em que especialistas e representantes dos governos locais dialogam sobre os avanços e desafios enfrentados pelas cidades ao colocar os cuidados no centro da vida: este simpósio inclui a intervenção da coordenadora da publicação, **Yayo Herrero** (antropóloga, educadora social, professora e ativista ecofeminista) e **Francisco Obando** (consultor da OMS e pesquisador associado do Centro de Migração, Política e Sociedade da Universidade de Oxford), bem como a apresentação das experiências de **Famalicão** (*EnvolvAr-te: Circo Inclusivo*) e **Horizonte** (*Bordando Resistência*). Aproveitando o exemplo de Famalicão, acaba por dar a informação da sugestão da Companhia MARIMBONDO em introduzir atividades de malabarismo nas escolas, com o objetivo de promover a motricidade e a coordenação motora. Divulga-se também que estão abertas as candidaturas ao Prémio Sonae Educação e a informação relativa a este prémio pode ser consultada em <https://www.sonae.pt/pt/comunidade/premio-sonae-educacao/> para que diferentes entidades vejam a possibilidade de se candidatarem, visto que entidades públicas estão impossibilitadas de o fazer. Relativamente à Carta Educativa da Lousã, o processo de atualização está contratualizado ao nível intermunicipal e encontra-se em fase final o processo de adjudicação, cuja responsabilidade foi delegada pelos municípios na CIM. Logo que a contratualização e assinatura dos contratos esteja feita, vai poder iniciar-se o trabalho. Fez-se também referência à candidatura da Escola Secundária que foi submetida com parecer positivo do IGEF e encontra-se a aguardar o desenvolvimento dos processos. Relativamente à Escola Básica n.º 2, de forma a garantir posicionamento e maturidade do projeto em eventual candidatura que venha a abrir, continua em curso a preparação do projeto de intervenção deste estabelecimento de ensino. -----

De seguida pede a palavra Rui Ramos, para também dar breve contributo acerca das informações da Status. Começa por atualizar o Concelho acerca da candidatura da Status a constituir-se como sendo tecnológico especializado na área da multimédia, que numa primeira fase embotou tenha tido pontuação compatível, foi decisão de atribuir nenhum centro tecnológico na área do digital à CIM de Coimbra, encontrando-se a Status neste momento a reformular e a melhorar a candidatura, para a submeter novamente numa segunda fase com a reestruturação do aviso de abertura do concurso. Desta forma, o parecer favorável dado anteriormente pelo Concelho é mantido visto que o concurso, tendo em conta os objetivos e a lógica de funcionamento de centro tecnológico mantêm-se inalterada. Dá também nota acerca de uma iniciativa que a Status se encontra a promover "4as à Tarde", iniciativa esta para a comunidade local, mas que se dirige de uma forma mais específica para alunos e encarregados de educação do 9.º ano de escolaridade em que todas as 4.ªs feiras das 14h às 18h as portas da Status se abrem para receber quem tem interesse em saber mais sobre as ofertas de cursos profissionais e sobre o projeto educativo. -----

Não havendo mais intervenções, a Vereadora Henriqueta passa então ao ponto seguinte relativamente ao balanço do ano letivo 2022/2023, começando por dar a palavra ao Agrupamento de Escolas da Lousã. -----

Pedro Balhau inicia a sua intervenção começando por fazer comentários à informação dada acerca das ciclovias. Não deixa de enaltecer a sensibilidade da Câmara Municipal para os percursos ligados as escolas, o que acaba por ter visibilidade também no número de bicicletas estacionadas dentro das escolas, reforçando a necessidade de colocação de mais suportes para as bicicletas nas três escolas. A segunda nota que deixa é para a DGEstE, relativamente à candidatura "Desporto Escolar sobre Rodas" com financiamento atribuído as escolas, em que refere que meios existem, mas há escassez de horas de crédito a professores no âmbito do Desporto escolar, no sentido de tornar uma realidade no desenvolvimento de competências e a rentabilização destes equipamentos. -----

Terminadas estas notas, começa por referir os pontos da apresentação enviada previamente, relativamente ao ensino pré-escolar, 1.º CEB, 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário (**vide apresentação em link anexo**). Reforça que existe um indicador comum a todos os ciclos, o aumento de crianças com ação social escolar. Outra nota que merece destaque é o facto de existirem mais saídas de exterior em relação ao ano letivo anterior, apontamento esse também feito pela Educadora Maria Guilhermina. Aproveitando o direto à palavra, faz referência ao elevado número de crianças com necessidades educativas especiais e à falha contínua de apoios por parte da DGEstE. Reconhece que de facto Agrupamento e a autarquia têm feito os possíveis nesta área, mas as crianças continuam em número crescente a necessitar de apoio e de uma intervenção individualizada e tem sido difícil dar o apoio que estas crianças necessitam. O Diretor do AEL continua a sua apresentação, passando para as informações relativas ao 1.º CEB (**vide apresentação em link anexo**). Destaca, em termos de sucesso, as turmas do 3.º e 4.º ano que há dois anos atrás tiveram indicadores de insucesso, e que neste momento têm 100% de sucesso, significando que o investimento e o trabalho que tem sido feito nos apoios educativos tem surtido efeitos em termos de aproveitamento escolar. Em contrapartida, as turmas indicadas com menor sucesso escolar, são as turmas mistas, com especial ênfase para a turma de primeiro ano de Casal de Santo António, que para além de mista, é que tem recebido as crianças que têm entrado a meio do ano letivo. Reforça que tem sido dito sistematicamente à DGEstE, que turmas mistas não são uma boa opção, embora previstas na lei, sob o ponto de vista pedagógico e que a Lousã tem capacidade de captação de grupos jovens e por esse motivo não existe capacidade de resposta na vila para acomodar o acréscimo de alunos. Como vão para escolas mais distantes colocam-se problemas como os apoios, que existem em maior número nas escolas maiores, e os transportes. Recorda que foi feita uma auditoria no início do ano letivo e um dos aspetos mais referidos foi o incumprimento no n.º limite de alunos, havendo turmas que em vez dos 20 alunos permitidos, têm, a título de exemplo, 21 ou 22 alunos. Esta situação leva a que depois o número de alunos a dividir pelo número de turmas, resulte nas turmas mistas, situação essa que não pode continuar a ser aceite na Lousã, por vários motivos. Refere que não pode ser pedido Sucesso Educativo sem serem dadas as condições de trabalho aos professores e diz ainda que esta situação está também a afetar o rácio do pessoal não docente. Afeta também em outros tipos de indicadores que são fundamentais para que estas crianças, nomeadamente aquelas que têm medidas seletivas, adicionais, dificuldades de aprendizagem, ou vindas de comunidade estrangeira, visto que cada vez mais há mais crianças que não falam português, reforçando que é importante ter mais apoios e turmas com melhores condições de aprendizagem. De seguida dá continuidade à apresentação dos pontos, nomeadamente às informações sobre comportamento, destacando uma falta disciplinar no 1.º ano. Refere também que nas reuniões intercalares, houve muitos pais que não compareceram, dificultando a ponte Escola-família. Em relação ao balanço das atividades experimentais, programação e robótica, este também é bastante positivo, terminando as informações do 1.º CEB com a avaliação das AEC que também estão a ser desenvolvidas dentro da normalidade e com a avaliação positiva e com um breve referência ao projeto de Mindfulness que

V. Ant
7

também tem revelando impacto positivo junto da comunidade escolar, levando os alunos muitas vezes a adotar técnicas que ajudam a contrariar a instabilidade que sente em contexto educativo. Ainda no seguimento das informações do 1.º CEB, a Susana Lucas, enquanto também membro da Equipa Multidisciplinar do Agrupamento de Escolas, reforça a pertinência do número excessivo de alunos por turma, que conjugado com a falta de maturidade cada vez mais crescente, falta de autonomia, falta de responsabilidade por parte dos pais, dificulta muito o trabalho que é desenvolvido. Considera que para o Ministério da Educação as crianças são apenas números, mas a Lousã tem recebido cada vez mais crianças com medidas seletivas, mas sobretudo adicionais, e há que ser dado, com qualidade, aquilo que é de direito desses alunos. Em relação à questão das turmas mistas refere, que de facto, apesar de haver, na maioria, turmas só com um ano, são também estas consideradas mistas devido à disparidade de aprendizagens, o que torna o grupo heterogéneo, que exige dos docentes trabalho extra na preparação de materiais de trabalho, o que leva a um esgotamento do corpo docente para alcançar os resultados propostos. A chegada de alunos que têm vindo sobretudo do Brasil é outra das preocupações, uma vez que embora estas crianças sejam integradas no mesmo nível de escolaridade de onde vêm, continuam muito desfasados das crianças já integradas em turma desde o início do ano letivo, o que faz com que os professores recuem constantemente nas aprendizagens acabando por fazer um trabalho individualizado. Reforça que em termos superiores que alguma coisa tem de ser feito porque as turmas estão no limite e não estão a ser dadas as condições necessárias para fazer um bom trabalho. O Dr. Pedro Balhau, relembra que em relação ao 1.º CEB, estes alunos estrangeiros, durante a pandemia, não tiveram a mesma oferta educativa de ensino à distância que os alunos da Lousã tiveram oportunidade de ter, e isso também se reflete em termos práticos no processo de aprendizagem, o que provavelmente resultará em aumento da taxa de retenção. A Sra. Vice-Presidente questiona se estes alunos que, por exemplo, são provenientes do Brasil, podem ser incluídos no Português língua não materna, e é-lhe respondido que não pelo facto de falarem a língua portuguesa, sendo assim impossível estes alunos terem uma intervenção especializada. O professor Miguel Gaspar também acrescenta que em relação às pressões das turmas, quando o Metro Mondego também estiver concluído, esta pressão terá tendência a aumentar, deixando o reforço que aquando a aprovação de novas turmas no próximo ano letivo, esta questão deve ser tida em conta, prevendo atempadamente o alargamento da rede. O Dr. Pedro Balhau dá continuidade à apresentação do balanço do ano letivo do 2.º ciclo, relativamente ao n.º de alunos, destacando os alunos com medidas seletivas e adicionais é sempre elevado face ao n.º de turmas que existem. De seguida fala do balanço global da avaliação e dos resultados do 1.º semestre, remetendo para dados sobre indisciplina onde destaca o 6.º ano. Dá ainda conhecimento das avaliações intercalares e de algumas razões para o insucesso escolar. Neste último ponto destaca o problema dos intervalos, onde os alunos deste ciclo de ensino, cada vez mais se refugiam no uso do telemóvel, fator este que deveria ser contrariado nos alunos, mas que se torna difícil de o fazer devido também à falta de assistentes operacionais que possam contrariar esta tendência. Alerta para que a escola tem de ser repensada e o ministério tem de reforçar os meios, dando o exemplo de professores que embora não possam dar aulas, possam ser pedagogos em outro tipo de atividades e que captem a atenção destes alunos para outro tipo de ofertas, que efetivamente existem nas escolas, mas que não são utilizadas. Por fim reforça a importância da presença dos encarregados de educação, quer em procedimentos rotineiros, quer no comparecimento na escola quando este é solicitado, situações essas que não estão a acontecer. Relativamente ao Plano de Ação de Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE) tem sido transversal a todos os ciclos, e há um grande investimento por parte dos professores, quer em termos de formação quer em termos de utilização. Vão começar a aplicar o questionário Selfie nas próximas semanas e espera-se que tragam resultados melhores em relação à primeira vez que este foi aplicado. O professor Miguel toma também a palavra neste ponto e concorda com a questão da indisciplina e volta a reforçar que os alunos não têm regras de saber estar. De seguida avança-se para o balanço do 3.º CEB, onde se refere o n.º de alunos,

as taxas de sucesso e de qualidade do sucesso, dados sobre o comportamento, a nível de registos de ocorrências, e novamente a importância do envolvimento dos encarregados de educação conforme referido anteriormente. Relativamente à Classroom e Escola Virtual tem-se incentivado a utilização destas. Por fim, passa-se à apresentação do balanço do ensino Secundário, começando pelos dados sobre o n.º de alunos, pedidos de mudança de curso, aproveitamento escolar, ausência de registos de indisciplina, Plano de Mentorias, a falta de proatividade, o aumento da falta de estabilidade emocional, informações sobre os cursos profissionais. Destaca-se o 1.º ano dos cursos profissionais, que embora seja um grupo calmo e facilitador, é um grupo grande, e uma vez que a DGEstE não permitiu o desdobramento das turmas, há alguns exercícios que apenas são demonstrados em vídeo por não estarem reunidas condições de segurança. Outra agravante associada a este problema, foi o destacamento de professores de ensino especial para coadjuvar estas aulas mais práticas, o que significou retirar apoios a outros alunos. Em relação à Escola Virtual e Classroom estas também são utilizadas. De seguida passou a apresentar um quadro sobre a Indisciplina no que diz respeito a número e distribuição por estabelecimentos de ensino **(vide apresentação em anexo)**. Em relação ao Plano Anual de atividades, este está com uma boa taxa de execução, sendo que há mais atividades e projetos concentrados no 2.º semestre. No que diz respeito a informações sobre projetos, faz referência ao Selo Segurança Digital na categoria "Ouro" e dá nota que tiveram duas candidaturas Erasmus aprovadas, e concorreram a uma candidatura Centros Tecnológicos Especializados (CTE). Esta última será a última e não farão mais nenhuma, pois são candidaturas muito exigente e nota-se uma grande falta de rigor na forma como são avaliadas. Faz referência ainda aos projetos do REALIZA.TE, Projeto Eco-Escolas, Participação na final Can-Sat, participação em Olimpíadas, Clubes e o reconhecimento pela Universidade de Coimbra ao aluno do AEL, Afonso Bandeira. Termina deixando o desafio de consultarem o site infoescolas (<https://infoescolas.medu.pt/>), e consultarem os resultados da Lousã. **(vide apresentação em anexo)**. De seguida a Sra. Vice-Presidente reforça que ao nível dos apoios à Ação Social Escolar, é notório o aumento de pedidos dentro do que já são os pedidos normais de ação social escolar, não havendo pedidos excecionais de outros apoios que não sejam os da ação social escolar. Posteriormente a estas notas dá a palavra à Status para também ser feito um breve balanço do ano letivo. O Dr. Rui Ramos começa por fazer referência aos projetos em curso, n.º de alunos inscritos, n.º de turmas, n.º de cursos e novas entradas de alunos após o início do ano letivo. Relativamente ao funcionamento pedagógico da STATUS mantém-se a lógica do Projeto Educativo baseado no desenvolvimento dos Projetos de vida dos alunos. A escola prossegue a sua especialização na área das tecnologias e da comunicação e desporto aventura. Relativamente aos programas em curso mantém-se todos aqueles que já existiam, mas salienta o desenvolvimento de um dos programas, o ProStart, cujo funcionamento foi mais afetado no período da pandemia). É um programa de desenvolvimento de competências empreendedoras para a criação do próprio emprego, e de onde surgiram quinze projetos desenvolvidos, tendo sido onze aprovados para o concurso de ideias promovido pela CIM Coimbra. Desses onze, três passaram à Semifinal e um projeto está na final do concurso. Para além deste concurso dá também conta que estão em competição com o projeto JuniorMarket, onde um dos projetos, passou para uma fase paralela de mentoria de ideias. Refere também o Projetos Erasmus+, com dois contempla dois projetos em curso, o Pro360 que é projeto baseado nos programas da Status para o desenvolvimento pedagógico dos alunos nas áreas da orientação vocacional e o ProOrientate, direccionado para o acesso ao mercado de trabalho (ProMercado), para o empreendedorismo (ProStart), para o desenvolvimento artístico (ProArtes) e para o acesso ao Ensino Superior (ProUniversitário). Para estes projetos foram identificados dois parceiros, em Itália e Estónia para que estas práticas sejam replicadas nestes países. Ainda no âmbito do projeto Erasmus+, onze alunos irão realizar a Formação em Contexto de Trabalho em Espanha. Reforça também a preocupação sentida pelo Agrupamento, em relação ao aumento de procura na Status por alunos estrangeiros, sentido muitas dificuldades ao nível das diferenças de sistema educativo, mais especificamente ao nível do domínio da língua. E relação à disciplina Português

V. - 17 am
91

Língua Não Materna a Status reativou-a este ano, precisamente para tentar combater estas dificuldades **(informação complementar em anexo)**. De seguida a Sra. Vice-Presidente passou a palavra ao Dr. João Canossa para também ele fazer um breve balanço do trabalho desenvolvido pela ARCIL **(informação complementar em anexo)**. Em relação ao Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), a equipa mantém-se embora o número de alunos tenha vindo a aumentar tal como acontece com o financiamento que continua inalterado. Refere também a área de atuação da equipa ao nível de agrupamentos de escolas, e dos elementos que a constituem. Relativamente aos alunos apoiados, destacam-se os alunos apoiados no AEL, sessenta e quatro, havendo um aumento de casos mais graves, começando a haver recursos insuficientes para prestar o apoio que estes alunos necessitam. Em termos de modalidades de intervenção, o CRI mantém as modalidades que tem vindo a implementar. Realça que há técnicos do CRI a terminar o Curso MindSerena em Sala de Aula, tendo já feito alguns ensaios em algumas turmas dos alunos que são apoiados. O objetivo é a utilização de programas diferenciadores que possam ser uma mais valia no trabalho com os alunos que nos são sinalizados. Está ainda a ser implementado o Programa MiniTOP em alguns casos mais graves. Intensificou-se o trabalho colaborativo com os CAA – Unidades especializadas e recuperou-se a modalidade de Consultoria, agora focada na dinamização das oficinas de leitura e escrita do AEL. Até ao final do ano irá ser dado continuidade ao rastreio de leitura e escrita, mantendo-se também, o desenvolvimento de ações de sensibilização para a inclusão na comunidade escolar e em entidades de ensino superior. Em relação ao Centro de Atividades de Tempos Livres – CATL – a Equipa mantém-se com um total de quinze monitores, tendo sido dado o apoio com uma estagiária da STATUS e uma voluntária do Serviço Voluntário Europeu. Em relação ao número de crianças apoiadas informa que apoiam um total de cento e oitenta e oito crianças, sendo que desse total, vinte e uma crianças têm necessidades educativas especiais. Aqui também é sentido que os apoios começam a ser insuficientes, pois o rácio de monitores por alunos não é alterado, quer haja ou não crianças com NEE. Um dos problemas que tem vindo a ser cada vez mais falado é o facto de não existir uma resposta de ATL inclusiva, mas existirem várias respostas de ATL que até rejeitam alunos com necessidades educativas especiais. No sentido de garantir condições para a ocupação de tempos livres inclusivos e promotores do bem foi enviada uma exposição para a Secretária de Estado a evidenciar a dificuldades e necessidades de apoios que existem e foi feita uma apresentação do CATL inclusivo numa aula do mestrado em Educação Especial na ESEC, em conjunto com o CRI. Em relação às atividades de interrupção letiva da Páscoa, foi dinamizado um programa foi bastante diversificado. Também é referido que existem algumas crianças com questões comportamentais complexas, tentando que estas sejam colmatadas com os pais e AEL., uma vez que o ATL não está munido de recursos especializados para trabalhar de forma profunda estas questões. Há também a intenção de fazer atividades que aproximem mais os Encarregados de Educação da equipa, e refere que seria muito importante, que fosse permitida a entrada dos pais nas escolas, em horários em que está só o CATL a funcionar, pois há vários pais a referir esta questão na avaliação de satisfação. ——— O professor Miguel Gaspar questiona se o aumento do número de casos de crianças com necessidades educativas especiais tem haver com uma questão de migração para o concelho, ao que lhe é respondido que em termos de fisiológicos, aumentou o n.º de casos mais grave porque cada vez menos vai haver deficiências isoladas e vão haver deficiências combinadas, sendo que este aumento também está relacionado com questões demográficas, devido à resposta que existe no concelho, nomeadamente na Casa das Cores. A professora Susana Lucas também pede atenção ao facto de haver muitos alunos com estas questões que vêm para o município, à procura de respostas dentro do Agrupamento de Escolas da Lousã. A Sra. Vereadora diz que esta questão está identificada e já foi passada à tutela, quer ao nível intermunicipal, quer ao nível da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP. Embora o rácio esteja a ser cumprido de acordo com o que está definido, o que se identifica é que para dar resposta às crianças com NEE, este não é suficiente, e nas nossas escolas e em municípios como a Lousã, em que têm uma resposta especializada,

é manifestamente insuficiente. A Sra. Vice-Presidente reforça a preocupação com o CRI relativamente à não alteração de valores, e na ausência de alteração em relação ao número de recursos no CRI, quando a realidade neste momento se alterou tanto. Outra preocupação tem haver com a já referida, acerca do ATL e AAAF, que se prende com a necessidade de dar resposta a todas as crianças, mas não estarem criadas as condições para a dar com a qualidade que ela carece, porque continua a ser justificado pela Segurança Social que estas respostas não são de carácter obrigatório. No que diz respeito ao papel da autarquia, foi reforçado em muito o valor que se coloca na resposta de ATL. -----

A Sra. Vice-Presidente continua a dar informações acerca do balanço do ano letivo, desta vez por parte da autarquia (**vide documento em anexo**). Começa por dar nota do Projeto de Literacia Emergente, Programa Crescer Feliz – Mindfulness, atividades Toque e Tom & More, Projeto Eco-Escolas, o Programa Férias Ativas e o Projeto Oficina de Segurança, Classplash e a aquisição recente por parte do município das BoomWhackers, ponto de situação do Programa MYPOLIS e da aquisição da ferramenta MAGOS da SpotGames. Faz também referência aos projetos e ações dinamizados em parceria com a CIM RC, nomeadamente com os projetos "Fazer para saber" e do Realiza.te - Programa Imagine.Create.Succeed: "O Futuro é Teu". Posteriormente da conta do trabalho desenvolvido pela CPCJ durante o mês de abril, entre elas o Laço Azul – campanha – no âmbito do mês da Prevenção dos Maus tratos na Infância. Referiu-se ainda a atividade no âmbito da articulação com os museus com o Projeto Musa, Plano Nacional das Artes e Plano Nacional do Cinema, bem como no âmbito do Plano Nacional da Leitura, nomeadamente a Semana da Leitura. -----

Passou-se ao ponto número três, Transferência de Competências. Neste ponto, a Sra. Vice-Presidente refere que da parte da autarquia, foi feita mais uma reunião com a DGEstE, e tem decorrido o acompanhamento ao nível da divisão financeira, daquilo que poderão ser os desvios ao nível financeiro, nomeadamente por exemplo, nas refeições. Também estão a ser revistos os valores no que concerne à delegação de competências no Diretor do Agrupamento. Terminada esta questão passa a palavra ao Dr. Pedro Balhau que começa por dizer que este trabalho contínuo de transferência de competências tem corrido bem, no que diz respeito à articulação com a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. Conforme já foi referido afirma que há a necessidade de rever os montantes em termos de contrato até porque houve aumento de custos na sequência da guerra na Ucrânia, mas também houve transferência de outras competências que ocorreram já em dois mil e vinte e três. A título de exemplo, todo o material didático é da responsabilidade do município e, portanto, o próprio município tem de decidir se delega essa competência no AEL como acontecia por parte do ME anteriormente ou se assume todos os procedimentos de aquisição e gestão desse material. Diz ainda que o AEL já passou ao município todos os dados de execução dos anos anteriores. Outro dos valores que tem de ser revisto é o atribuído aos transportes para visitas de estudo, outra das competências que está delegada. Aponta alguns constrangimentos na manutenção interna do AEL, por falta de verbas cortadas no orçamento de Estado, mas que ainda assim a CML tenta resolver pontualmente. Refere ainda que o telhado do Bloco A da Escola Secundária foi substituído pela CML, mas sem qualquer apoio da DGEstE, embora este tenha sido solicitado várias vezes. Aponta também problemas ao nível da gestão do pessoal não docente, que estaria a funcionar de acordo com o expectável se não fossem os casos específicos de crianças com necessidades educativas especiais, aspeto esse que preocupa a Direção e que deve ser tomada uma posição em CMEL deste problema. Reforça também, e indo ao encontro do que foi dito anteriormente, a insuficiência do rácio dos Assistentes Operacionais para o apoio nas Unidades de Ensino Estruturado e para a inclusão dos alunos com medidas seletivas e medidas adicionais no trabalho com as respetivas turmas. Por fim explica que, uma vez que o ME não assumiu a alteração e a aquisição de computadores para as salas de aula, foi proposto à CML a aquisição de cem computadores e a situação tem sido analisada. O Dr. Carlos Batista, relativamente a esta questão, informa que a avaliação já foi feita e a CML irá proceder então à aquisição dos computadores para o AEL. O Dr. Pedro deixa ainda algumas informações

V₂ *[assinatura]*
51

sobre a aquisição e instalação de videoprojectores e quadros brancos. -----
Terminada a exposição do AEL, a Sra. Vice-Presidente reforça a preocupação do aumento de custos que não é acompanhada pelo reforço de valores, dando o exemplo do valor da refeição. -----

De seguida toma a palavra a Dra. Rita Alves que dá nota de duas considerações relativamente à transferência de competências. A primeira é que este processo de descentralização foi ganhando alguma maturidade, uma vez que quando apareceu, ainda não havia enquadramento legal em algumas áreas e, portanto, as portarias que faltavam relativamente aos circuitos especiais de transporte e equipamentos saiu pouco tempo depois do orçamento de estado ter sido aprovado. A última alteração ao decreto lei número vinte e um, o decreto de lei que enquadra o processo de transferência de competências, veio colmatar aquilo que era a reivindicação dos municípios no âmbito da necessidade da atualização dos valores das refeições escolares que eram contratualizadas a nível nacional pelo ME, e por esse motivo com valores de custo muito abaixo daquilo que seria a capacidade individual de cada município. Diz ainda que a Associação Nacional dos Municípios assumiu o compromisso do valor das refeições em outubro do ano passado mas que de facto houve um conjunto de dificuldades da própria DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais – nomeadamente a constituição de uma nova equipa em consequência da saída da equipa que existia, desresponsabilizando o ME. Relativamente ao assunto dos computadores questiona a pertinência destes uma vez que se está numa escola digital. O Dr. Pedro Balhau responde dizendo que estes computadores seriam para as secretárias das salas de aula porque os professores andam com o computador portátil de sala em sala e perde-se demasiado tempo, tendo sido uma má opção do ME. Outro aspeto que aponta é que os equipamentos que chegam ao AEL são com entrada HDMI, à semelhança dos computadores dos professores, ainda assim a ligação é muito deficitária, para além de que a participação no programa não é obrigatória e há professores que optaram por não participarem nele, pois os computadores para além de não serem bom, não têm seguro, por exemplo. Refere ainda que o serviço de Internet está muito degradado nas escolas, dando o exemplo que as provas de aferição serão um fiasco devido a estas questões. Diz ainda que não faz qualquer sentido querer fazer transição digital sem ter os meios necessários para o fazer e responsabiliza o ME de não querer saber sobre o mau serviço que aos operadores estão neste momento a prestar. A Dra. Rita Alves acrescenta que a situação está identificada e sinalizada e superiormente terá de se definir e decidir e melhorar a rede de acesso. Sugere que esta situação seja remetida por e-mail com conhecimento à Sra. Delegada, especificamente dos constrangimentos com as provas de aferição. No que diz respeito à transferência de competências fica satisfeita em saber que o processo esteja a correr bem, considerando até um bom exemplo o trabalho articulado entre o agrupamento e o município. Relativamente às questões do rácio, considera-o um eterno problema que é conjugado com outra variável que não se controla que é a questão do absentismo. Diz que o ideal seria que todas as pessoas que fazem parte do rácio estivessem ao serviço diariamente, o que não acontece. Refere que a Lousã é um bom exemplo e daí a procura das famílias no Agrupamento de Escolas. Em relação aos recursos, o ME também tem alguns limites em termos orçamentais e do que é da sua responsabilidade, os constrangimentos estão identificados, reconhecendo o desafio em receber os alunos estrangeiros, e as dificuldades que foram apresentadas estão identificadas junto da tutela. A professora Susana Lucas refere que a problemática que se vive com o desenvolvimento das aprendizagens destes alunos, mais especificamente os alunos brasileiros, vem colocar em causa a qualidade do sucesso educativo, penalizando os agrupamentos, por exemplo, no número de retenções que efetivamente terão de existir. A Dra. Rita faz ainda referência ao desporto escolar, dizendo que a situação identificada pelo AEL deve ser formalizada. A Sra. Vice-Presidente completa dizendo que de facto o absentismo das AO é uma preocupação, mas está também identificado que, independentemente do absentismo, o número de AO não é suficiente para as exigências das respostas às crianças com necessidades educativas especiais, dando o exemplo da manifestação das preocupações até com

respostas que são quase atos médicos e que são uma dificuldade quer para os docentes quer para os AO. -----

De seguida a Sra. Vice-Presidente passou ao ponto quatro da ordem de trabalhos - Oferta formativa profissionalizante - onde fez um pequeno enquadramento. Enquanto Câmara Municipal, trabalha-se com um conjunto de entidades que têm esta oferta e interessa à autarquia que a maior parte dos alunos encontre respostas nas diferentes ofertas que existem no concelho na prossecução de estudos a partir do 9.º ano. O trabalho que se tem tentado fazer em conjunto é que as respostas sejam suficientemente explicadas, ou seja que as propostas sejam apresentadas aos alunos de forma a que estes possam fazer a melhor escolha possível. Nesse sentido, já se realizaram duas reuniões com o AEL e a Status para encontrarem a melhor forma de divulgar esta oferta, surgindo propostas como a Feira de Ofertas (no próximo ano letivo) e as 4as à Tarde (Status). Diz também que há um trabalho ao nível da comunidade para que a oferta que existe seja complementar, isto é, a oferta que a Status tem não colida com a oferta que o AEL tem. A reunião com a concertação final ainda não teve lugar e ainda não se sabe que cursos estão ou não aprovados. Ainda assim a CML fará a produção de folhetos com os conteúdos da oferta formativa profissionalizante do município. De seguida passa a palavra o Dr. Rui Ramos que refere que relativamente à oferta formativa, a proposta que a Status apresentou e submeteu é a mesma que já tem em funcionamento e a estratégia é a de consolidação das práticas que a Status tem vindo a desenvolver. Deixa a nota que de facto é angustiante, numa perspetiva de planeamento estratégico, os timings que têm tido para aprovação da oferta. Sendo a Status uma escola exclusivamente do ensino secundário torna-se também complicado a lógica da apresentação do projeto educativo e da oferta formativa. Outro constrangimento que apontam e que é comum ao AEL, é o pouco envolvimento e compromisso dos pais, e deixando os alunos de estar em atividades letivas em contexto escolar, torna-se mais difícil o alcance destes alunos aquando a apresentação dessa oferta. Por último, refere que receberam um pedido da Associação Nacional das Escolas Profissionais, para que fosse invocada a oferta formativa aprovada até dia dezanove de maio, sendo que ao presente dia ainda não há qualquer conhecimento dessa oferta. O Dr. Pedro reforça a preocupação sentida pela Status e refere que há efetivamente erros no planeamento da oferta formativa e diz ainda que é importante nos cursos técnicos fazer o desdobramento das turmas, que a DGEstE diz ter ordens superiores no sentido de não as fazer, situação essa que deve ser reconsiderada. Neste sentido, o Dr. Carlos refere que está prevista a reunião de oferta formativa profissionalizante para o dia vinte e dois de maio, ainda que sujeita a confirmação. O Dr. Pedro aproveita a contextualização para dar nota da proposta da rede escolar. (ver apresentação em anexo), no que diz respeito ao n.º de turmas nos vários ciclos de ensino, fazendo uma correção no número de turmas do 1.º CEB, de dezasseis para vinte e seis turmas no total.

De seguida toma a palavra o Dr. João Canossa, dando também nota da oferta dos cursos de formação profissional para jovens adultos com dificuldade, deficiência ou incapacidade (informação em anexo). -----

De seguida passa-se ao ponto número cinco da ordem de trabalhos - Ação Social Escolar - A Sra. Vice-Presidente faz um pequeno ponto de situação relativamente às respostas, evidenciando uma questão em particular, que se prende com o serviço de refeições. Com a transferência de competências, a Câmara Municipal passou de servir apenas as escolas do pré-escolar e do 1.º CEB, para alargar a sua oferta a todas as escolas. De acordo com a Certificação da Qualidade dos refeitórios, a Equipa de Segurança Alimentar da qual fazem também parte elementos do AEL, esta ainda não avançou com o processo de certificação da qualidade nos novos refeitórios que integraram de novo. Refere também a opção vegetariana, uma vez por semana e que já existe há alguns anos nas escolas do município, não sendo o objetivo desta oferta os fundamentalismos, mas sim a importância de trabalhar as diferentes opções que existem, promover o gosto pelos vegetais, mas também trabalhar aquilo que é a sustentabilidade e a pegada ecológica. Com o alargamento desta oferta aos alunos mais velhos, alunos esses que já tiveram esta experiência quer no pré-escolar, quer no

V. à - [assinatura]
7

1.º CEB, houve algumas situações de reclamação por parte dos encarregados de educação, dando o exemplo de uma exposição em concreto feita via e-mail para a Câmara Municipal, sendo que a Equipa de Segurança Alimentar tem feito o acompanhamento e tem recolhido informação presencialmente em cada refeitório. Uma vez que o caderno de encargos dos refeitórios está a ser renegociado, está a ser tido em conta estas intervenções específicas, foi até considerado terminar com a refeição vegetariana. Mas tem se apostado em outras estratégias para atenuar o "ruído" desta opção vegetariana, nomeadamente com o trabalho de promoção desta alternativa de um estagiário do município nesta área. Ainda no seguimento desta situação, a Sra. Vice-Presidente dá conhecimento da informação que recebeu da DGAL, tratando-se de um convite – dirigido a todas as câmaras – para integrarem uma candidatura pioneira "Prato Sustentável", que consiste, precisamente, na oferta que a Câmara já tem há mais de seis anos. De facto, considera-se a opção de melhorar este serviço e dando continuidade por mais um ano a esta oferta, mas sendo o CMEL parceiro da autarquia, solicita-se algum feedback, na ótica de melhoramento deste trabalho que está a ser feito. A Dra. Graça apenas refere que os fundamentalistas estão em todo o lado e que é uma boa experiência que deve continuar. O Dr. Pedro refere que de facto nos dias em que a opção é só vegetariana os alunos não comem e alerta para outra questão pertinente, o desperdício alimentar. Fala como testemunho na primeira pessoa, uma vez que almoça no refeitório da escola, e apesar de haver um problema de nutrição e de falta de hábitos alimentares em casa, a realidade é que na maioria dos casos seria também importante haver uma reeducação alimentar e existirem nos refeitórios pessoas que possam conversar com alunos nesta perspetiva de reeducar. Refere ainda que o serviço de refeição está melhor comparativamente ao serviço que era prestado com a empresa que tinham com o ME. Propõem para o novo caderno de encargos, que os técnicos saiam dos gabinetes e falem com os cozinheiros, pois são eles que sabem o que se come e o que não se come, que os pratos se tornem mais apelativos e que se façam alterações nas ementas. A presidente da Assembleia Municipal, Ana Ferreira, acaba por sugerir que fossem feitas campanhas dentro da própria escola ligadas às questões de alimentação saudável e sustentável, mas também aos ganhos ambientais, entrando no caminho mais da pedagogia. A Dra. Rita Alves dá conhecimento que o Ministério da Educação tem em parceria com o Ministério da Saúde, um manual de referência desta temática. O Dr. Rui Ramos refere ainda que a pedagogia não trará frutos se a qualidade do serviço não for assegurada. A Prof. Susana Lucas reforça que a abordagem à alimentação vegetariana não pode ser a mesma abordagem à alimentação tradicional. A Sra. Vice-Presidente fecha este ponto dizendo que de facto a situação já melhorou bastante, e no pré-escolar este problema não existe. Em relação à restante oferta que o município providencia, fez o levantamento em relação à fruta escolar, e ao lanche das AAAF's, ambos com um balanço bastante positivo, tendo sido já feita a sugestão da oferta de lanches passar também para o 1.º CEB, o que não é possível ainda de implementar. -----

Passou-se ao ponto "Outros Assuntos": A senhora Vice-Presidente refere que o AEL traz dois assuntos para discussão na ordem de trabalho, no ponto "Outros Assuntos", sendo que um deles se refere à desmaterialização das provas de aferição no 1.º ciclo. Foi levantado num grupo de trabalho entre municípios a preocupação pelo facto de a prova ser digital, quando as crianças ainda não estão a dominar o trabalho informático. O primeiro município a integrar este assunto num CME foi a Pampilhosa da Serra, partilhando com o Município da Lousã, para que no presente CMEL fosse assumida uma tomada de posição ou de recomendação, no sentido desta desmaterialização das provas de aferição. A senhora Vice-Presidente afirma que no dia anterior o Conselho Pedagógico do AEL tinha tomado uma posição de recomendação (apresentação do AEL em anexo) relativamente ao assunto, passando a palavra ao Dr. Pedro Balhau. O Dr. Pedro Balhau afirma que, relativamente às provas de aferição do 2.º, 5.º e 8.º anos, a tomada de posição do Conselho Pedagógico é a de discorda da utilização dos computadores, sobretudo do 2.º e do 5.º ano, justificando que estas provas servem para aferir aprendizagens, e não para avaliar competências TIC e por isso, existe um claro contrassenso na utilização das TIC e na desmaterialização destas provas. Existem

dificuldades na utilização das TIC pelos alunos, e isso pode ser uma barreira na demonstração de aprendizagens, além que não permitem sequer avaliar a destreza na escrita, que é fundamental, nomeadamente no 2.º ano, sendo um importante ano da aprendizagem. Relativamente a este problema, o Dr. Pedro afirma que também é válido para o 5.º ano, porque os alunos escrevem mal, têm uma caligrafia ilegível e as provas de aferição também avaliam estes aspetos. Assume ainda a preocupação dos alunos "andarem" à procura das teclas, porque na prova de aferição de matemática do 2.º ano há necessidade de os alunos memorizarem e interpretar gráficos, que depois não conseguem ver no momento em que estão a dar a resposta. Esta situação é uma *skill* avançada, fazer *scroll* ao ecrã e procurar as teclas para responder, não é óbvio para um aluno do 2.º ano. São aspetos que admite estar curioso para ver nos Relatórios das Provas de Aferição, porque claramente os alunos vão saber menos e não porque não sabem, mas porque no tempo que lhes é dado vão responder pior, sendo que desta forma o Conselho Pedagógico acha que é uma barreira. Outra questão tem a ver com o facto de não existirem condições. Refere que estão a preparar trinta computadores para SOS nas escolas; estão dispostos doze internos para fazer a conexão se não existir ligação e os alunos poderem vir uma hora antes para verificar se os computadores estão aceitáveis. Isto para um universo de mais de duas centenas de alunos e uma turma do 5.º ano, com catorze alunos à parte. Para além dos problemas existentes, a gestão dos alunos, o serviço de vigilância, aulas a decorrer, ainda existe o problema dos computadores e das dificuldades que os alunos vão manifestar durante a prova. A senhora Vice-presidente diz que, havendo este posicionamento por parte do AEL, era um assunto que ia trazer para o CMEL, com o propósito de compreender se este concorda com a tomada de posição do AEL. A Dra. Graça afirma que é ridículo, não tendo outro termo, não percebendo qual é o interesse. Em conclusão deste assunto, e tendo em conta o posicionamento do Conselho Pedagógico, não participam no apoio a esta tomada de posição, a Status e a DGEstE, tendo todos os outros concelheiros aprovado esta tomada de posição do Conselho Pedagógico do AEL. A senhora Vice-Presidente encerra o assunto das Provas de Aferição, referindo que o AEL traz um assunto para o CMEL tomar conhecimento da sua posição, pedindo ao Dr. Pedro para expor a situação relativamente à integração de um aluno. O Dr. Pedro, em resumo, explica que foi contactado em meados de março pela DGEstE para pedir o acolhimento de um aluno, com incapacidade de 92%, porque por ordem do tribunal foi retirado à família. É óbvio que o Agrupamento acolhe, mas o que é certo é que para além da incapacidade do aluno, a única escola que tem condições físicas para o receber é a Escola Básica n.º 1, sendo que a turma para onde este aluno foi, já tem mais alunos do que aquilo que deveria ter. A questão que o Agrupamento referiu é que não tinha condições para receber o aluno, porque tem implicações na falta de acompanhamento por assistentes operacionais e acaba por retirar os direitos não só do aluno, mas também dos outros alunos que já cá estão. Refere ainda que ficou chocado, quando comparado com o caso de um aluno específico, salientando que falou com a mãe dizendo que este não poderia estar mais tempo no espaço escolar por ter necessidade de ser socorrido e não existirem recursos para tal. Esse aluno estaria no espaço escolar quando estivesse um fisioterapeuta que conseguisse fazer aspiração, sendo um ato de alguém de enfermagem ou de pessoas aptas para o fazer. Não havendo enfermeiro na escola, esse aluno, ou está numa instituição, ou então não pode estar numa escola pública só porque sim, podendo haver risco de vida. O Agrupamento teve esta decisão relativamente a um aluno que pertencia ao AEL e a seguir é imposto pela DGEstE a integração de um outro aluno. O Conselho analisou a primeira vez, explicando a questão à DGEstE, voltou a analisar e fez uma reunião extraordinária, onde fundamentou a sua posição quer em termos de enquadramento legal, quer em termos do Agrupamento ter sido chamado à atenção pela inspeção por estar a ultrapassar os direitos. O Dr. Pedro explica que a senhora delegada teve a delicadeza de lhe ligar e dizer que, apesar de lamentar muito, tinha de impor, referindo por e-mail, no dia 4 de maio, o total de matrículas do aluno, porque este mudou de residência, passando a viver no concelho da Lousã, no início de 2023. Refere que em primeiro lugar, não houve falta de sensibilidade por parte do AEL. Há quatro anos quando assumiu o

V. A. L.
91

Agrupamento, tinha quatro alunos totalmente dependentes e a ARCIL não recebeu mais um cêntimo por isso e o Agrupamento não recebeu mais assistentes operacionais. Este aluno para entrar no AEL significa que foi roubar horas de terapia aos outros; para ter assistentes operacionais para ele, foram retiradas a outros alunos onde, nomeadamente, na Escola Básica n.º 2, há situações de indisciplina e, portanto, a partir deste momento, quer a responsabilidade da segurança dos alunos, quer do acompanhamento que eles possam ter, são exclusivamente da responsabilidade da senhora delegada da educação. Afirma que contestou mais uma vez a decisão de imposição da DGEstE, até porque é falso o que esta afirma: o aluno está a ser transportado pelos Bombeiros de Serpins todos os dias e estando a um mês do final das aulas, portanto não era por mais um mês, que neste caso em que se sabe que os alunos têm de se adaptar ao espaço, às equipas e às terapias, o aluno não iria continuar na APPACDM, onde tem enfermeiros e terapeutas. A partir de agora o que está em causa é o risco de vida de alguns alunos, portanto o Agrupamento cumpriu a ordem que lhe foi dada, não podendo deixar de protestar quer com a decisão administrativa da DGEstE, quer com as recomendações da inspeção que já veio afirmar que se está a ultrapassar o número de alunos que têm capacidades reduzidas e acima de tudo, mais grave, não há recursos. O Dr. Pedro questiona à DGEstE pelos recursos, pelo financiamento dos terapeutas, pelos assistentes operacionais, já que receberam três alunos das APPACDM. Naturalmente, a Lousã não tem nenhuma vantagem em receber os alunos por parte dos tribunais, e é penalizada. O Concelho Pedagógico já foi muito assertivo e não foi ouvido, continuando na discussão se for necessário, enquanto Agrupamento de Escolas, afirma que o próximo ano letivo não vai iniciar se não houver conformidade. Irá fazer diretamente queixa à inspeção sobre estas decisões, sendo esta a posição do Agrupamento. A senhora Vice-Presidente agradece e intervém a Dra. Rita da DGEstE, dizendo que o que existe é uma decisão do tribunal, que está acima da DGEstE, não sendo esta que decidiu que o aluno viria para a Lousã. Se existe uma falta de articulação entre os serviços da Administração Interna ou do próprio Ministério da Educação, é uma decisão do tribunal. O AEL, ou outro qualquer agrupamento que receba crianças com um determinado tipo de patologias de incapacidades, têm de receber os alunos, se eles foram colocados pelo tribunal, nesse sentido é supra DGEstE. Refere que não entende nem que lhe diz respeito a troca de e-mails que existiu, sendo um assunto tratado diretamente entre a direção do agrupamento e a senhora delegada, e por isso não se pronuncia sobre isso. Afirma que os alunos têm de ser acolhidos, tal como são acolhidos os alunos que chegam vindos de outros países, também estes são acolhidos nas escolas da sua área de residência e isso também cria à DGEstE constrangimentos. Compreende as dificuldades que pode criar aos agrupamentos, mas os alunos da educação inclusiva, nomeadamente, estes alunos que entram e que vão estar durante um período alargado, até terminarem a escolaridade obrigatória são alunos muito particulares, com especificidades e sabe que os assistentes operacionais, os professores de Educação Especial são autênticos enfermeiros e que há situações de tratamento médico que não lhes compete e que eles fazem, porque são seres humanos que não têm culpa do problema que têm. Afirma que tem de ser equacionada uma solução porque o aluno está numa situação de abandono escolar e merece a dignidade de estar numa escola. Dirige-se ao diretor do Agrupamento, Dr. Pedro, dizendo que, apesar de ter mais um aluno e poucos recursos, deve ser oferecida qualidade, porque já basta a tristeza e a infelicidade de estar na família que está. Refere ainda que para as escolas é difícilíssimo e que imagina os constrangimentos que pode ter causado à equipa da escola, à EMAEI- Equipa Multidisciplinar do AEL-, mas por se tratar de um ser humano, julga que foi esse o superior interesse, o do aluno. Em resposta ao Dr. Pedro, afirma que foi feito um bom trabalho, com um bom enquadramento, uma boa receptividade, mas o que é certo é que ele foi colocado pelo tribunal e não pela DGEstE e por isso, diz que não dá para imaginar o constrangimento quando se recebe ordens do tribunal para colocar alunos aqui e ali, quando sabe que as escolas estão cheias. Diz ainda que não é o único Diretor que neste momento tem este tipo de constrangimentos, comparando situações de outros concelhos com boas práticas, que estão completamente de pés e mãos atados. Se

houver uma ordem superior do tribunal tem de ser recebido e respeitado. Se não for às aulas e fica em casa é abandono escolar. O Dr. Pedro não está de acordo quando lhe dizem que há uma ordem superior do tribunal. Acrescenta que de Serpins à Escola n.º1 são 8,2 km e de Serpins à Escola de Poiares são 9km, portanto questiona se não teriam eles melhores condições do que o AEL para receber o aluno, conhecendo as condições da escola e referindo que não têm o número de casos graves que tem a Lousã. A Dra. Rita refere que os argumentos que o Dr. Pedro refere são válidos, mas que devem ser tratados com a Direção e não devem ficar apenas pela troca de e-mails. Acrescenta que não está dentro do processo e diz que a sua preocupação é o ser humano, o aluno, e que muitas vezes não são as decisões mais adequadas e que em tribunal já foram contestadas algumas, mas que muitas vezes não são recolhidas. Tem de se equacionar o que é melhor para o aluno, para o seu bem-estar e o que é possível propor em termos de oferta. A Prof. Susana intervém, referindo que todas as decisões devem ser pensadas e repensadas, ou seja, foi uma ordem do tribunal para a família e por isso, a escola tem de reunir condições. Afirmar que é uma violência para o aluno, tendo em conta o seu quadro, integrar um espaço novo, com pessoas novas que não conhece, fazer uma adaptação, vai um mês para a escola e outros meses para casa e acha que ninguém pensa nisto. Refere que, de facto, é responsabilidade do Agrupamento perceber a adaptação do aluno a curto, médio e longo prazo e por isso, não havendo condições e esperando sempre que a escola resolva, que tome decisões, que resolva os problemas. Fazem com que os professores e funcionários façam o trabalho de enfermeiros, advogados. Enquanto professora que está no terreno, tem a opinião que existiriam outras soluções, visto que o aluno está na AAPCDAM e poderiam mantê-lo mais um mês, visto que não está desacompanhado e é mais injusto o que está a passar agora. Conclui que apesar de ter os seus direitos, a decisão tem de ser repensada. É importante ir ao terreno, sair dos gabinetes, antes de tomar decisões. O João Canossa refere que em muitas unidades não há dignidade nos alunos, sendo que não é o caso da Unidade da Lousã, onde há um grande esforço. Afirmar que o risco de vida é real e que espera que não aconteça nada e que se acontecer que os colaboradores responsáveis não sejam culpabilizados. Com esta população pode acontecer muita coisa, a ser alimentado, a ser transportado. A Dra. Graça diz que se tem de insistir e explicar ao tribunal que tem de se falar com as pessoas, dizendo que o aluno tendo 92% de incapacidade, não come nem fala, portanto, apesar de não ter dúvidas que tem de ser acolhida, compreende a preocupação do Agrupamento, relativamente à dignidade do aluno e o seu acompanhamento. A Dra. Rita dá um exemplo do seu trabalho na educação inclusiva, dizendo que já viu as salas das unidades, que funcionavam muitíssimo bem, apesar de infelizmente, haver exemplos menos bons. Apesar do esforço tremendo da escola, o aluno não poderia deixar de ser acolhido, deixando a hipótese de ser equacionada outra solução, sendo tratado com a Senhora Delegada. Acrescenta ainda que as escolas estão a receber muitos alunos vindos do exterior, alunos institucionalizados e alunos que estão com graves problemas de saúde. Os recursos não são os ideais, mas as escolas têm de os receber. É importante todos trabalharem para que isso aconteça. A senhora Vice-Presidente dá a palavra ao professor Miguel Gaspar, que afirma que é complicado trazer nesta altura mais alguém, dando alguns exemplos dos alunos que já estão em contexto de Unidade. Diz que apesar de não conhecer bem o aluno, para ter a dignidade que merece são necessários recursos, que a escola não oferece. Como professor tem a preocupação de que algo corra mal, por falta de formação e de prática. Afirmar que o tribunal, ou seja, quem for, tem de oferecer os recursos, que já faltam neste momento nas escolas, porque já há muitos atos médicos que são feitos por pessoas que têm uma pequena formação para tal. A Prof. Susana Lucas refere que existem professores com uma pressão emocional diária com a preocupação da saúde dos alunos e não devia ser essa a competência dos professores. A senhora Vice-Presidente afirma que há duas questões claras: o acordo entre todos do acolhimento da criança com a melhor resposta possível, mesmo que pudesse ter sido de outra maneira, mas na verdade a criança não pode ficar fora da escola; e questiona ao Agrupamento sobre o que, para este aluno, exceccionalmente, era necessário ter vindo com ele neste momento, embora

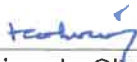


fosse desejável que ele ficasse pelo ADDCPM. O Dr. Pedro responde que era necessário, no mínimo, uma assistente operacional, dizendo que todos os alunos da unidade têm dietas e que não conseguem comer a horas. Significa que ao entrar um aluno vai comer meia hora mais tarde e não há recursos. Deu o exemplo de uma aluna que esteve ausente quatro meses e que agora será alimentada por sonda e que nenhuma funcionária tem formação para isso. A menina vai regressar na próxima semana. Afirma que há dois casos novos naquele contexto e que não há resposta para isso. As funcionárias vão aguentando até colocarem baixa. A Dra. Rita questiona se há uma colaboração com o Ministério da Saúde, nomeadamente com os Centros de Saúde. A Dra. Graça responde que não há enfermeiros e que o Ministério da Saúde faz o mesmo que os professores. Vão trabalhando sem poder e à espera que aconteça um azar. O tribunal decide sem mais nem menos, sendo que também os enfermeiros estão no limite. O Prof. Pedro afirma que se tivesse um advogado contestava a decisão do juiz, mas é o Ministério que tem e é ele que presta apoio jurídico à escola. Os advogados da DGEstE deveriam perante uma imposição, antes de qualquer ordem, contestar. O tribunal tem duas hipóteses, ou reaprecia e sabe que ao reapreciar e ao tomar a decisão assume, ou então tem de dizer que esta decisão tem de ser ponderada, de outra forma porque há outras soluções. A DGEstE não pode dizer que tem de ser porque tem de ser, até que alguma coisa corra mal. A Dra. Rita diz que apenas sugeriu a questão dos Centros de Saúde porque nalguns municípios ainda é possível e há protocolos com os centros de saúde em que existe uma enfermeira que dá este tipo de apoio: as aspirações, as alimentações na veia. O Dr. Pedro afirma que um dos enfermeiros que presta apoio ao AEL "não tem olhos para mais". A Dra. Rita diz que não é uma assistente operacional a tempo inteiro que vai resolver a situação deste aluno, mas apenas fornece alguma ajuda. O Dr. Pedro diz que se o Agrupamento não quiser ser inclusivo, tem uma unidade e coloca os alunos lá fechados, com os adultos. No entanto, refere que na Lousã não se trabalha assim, porque os alunos vão à rua, têm atividades com as turmas. Não pode vir o Ministério dizer para aplicar o Decreto-Lei n.º 54 e estão a levar ao limite, porque os assistentes operacionais e os professores, tendo já sido demonstrado à Senhora Delegada, têm um esquema para acompanhar os alunos nas entradas e saídas das salas e aulas. Afirma ainda que a Lousã é muito apetecida para os encarregados de educação, porque faz este tipo de trabalho. A senhora Vice-Presidente termina a reunião afirmando que irá trabalhar e reforçar neste assunto, dizendo também que vai enviar o resto do ponto "Outros assuntos", nomeadamente, o relatório do projeto do Prof. Miguel Gaspar. Este diz que o relatório se relaciona com o descontentamento dos professores, ao qual a senhora Vice-Presidente responde que tem a noção dessa situação, mas também é importante perceber que estão todos em situação que, de repente, já não existem recursos. Diz ainda que lhes compete estar mais sensíveis à situação. Para concluir, diz que na próxima reunião irá ver com a tutela estas questões, no entanto, afirmou que estas questões têm sido partilhadas por todos os Vereadores da Educação, sobretudo, a preocupação e a situação de grande pressão e de grande exaustão dos serviços. Diz ainda que os projetos da escola não têm parado e que isso deve ser reforçado. Informa ainda que serão divulgadas as propostas para o Dia da Criança, que vão ser atividades distribuídas pelos dias 1, 2 3 e 4 de junho, espalhadas por vários locais. Por fim, a senhora Vice-Presidente referiu que não se esqueceu da importância da criação de um grupo para refletir a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, sendo que este assunto não avançou por um motivo de coerência. Deixou ainda o convite para participarem no Encontro sobre Igualdade e Conciliação entre a Vida Profissional e Familiar, que se irá realizar nos dias 23 e 24 de maio, em Felgueiras. Conclui dizendo que estão a constituir um Conselho Municipal Sénior, um conselho de pessoas mais velhas que vai pensar naquilo que querem para si e não ser necessário dizer o que se quer para eles. Vão propor atividades intergeracionais interessantes para o Município. Finaliza, agradecendo a todos e dizendo que irá marcar um Conselho, ainda antes do final do ano, em julho, com o objetivo de aprovar o Plano de Transportes. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, a Vereadora agradece e encerra a reunião pelas 18h30. -----

A presente ata vai ser assinada pelo Senhora Vereadora da Câmara Municipal da Lousã e por mim, Vânia Moreira, secretária do CMEL. -----

A VEREADORA DA EDUCAÇÃO



Henriqueta Oliveira

A SECRETÁRIA DA REUNIÃO



Vânia Moreira